

**Lei nº 3.960, de 22 de agosto de 2013.**

**Declara de Utilidade Pública Municipal, a Associação de Pais e Mestres da Escola Polo Municipal Professora Dora Landolfi.**

**Autor: Vereadora Profª Leny**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal, a **Associação de Pais e Mestres da Escola Polo Municipal Professora Dora Landolfi**, com sede e foro no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã MS, 22 de agosto de 2013.

**Ludimar Godoy Novais**  
**Prefeito Municipal**

**Lei nº 3.961, de 22 de agosto de 2013.**

**Declara de Utilidade Pública Municipal, a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Joaquim Murtinho.**

**Autor: Vereadora Profª Leny**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal, a **Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Joaquim Murtinho**, com sede e foro no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã MS, 22 de agosto de 2013.

**Ludimar Godoy Novais**  
**Prefeito Municipal**

**Lei nº 3.962, de 22 de agosto de 2013.**

**Proíbe a utilização de artefatos de pirotecnia e de materiais inflamáveis e não auto-extinguíveis em recintos fechados de uso coletivo, no Município de Ponta Porã, e dá outras providências.**

**Autor: Vereador Osmar de Matos**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus Alvarás de Localização e Funcionamento.

Art. 2º As boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres somente poderão funcionar mediante Alvará de Localização e Funcionamento expedido por autoridade competente, cuja cópia deve ser afixada em local visível ao público na entrada do estabelecimento, juntamente com a indicação da lotação máxima permitida e através de Certificado expedido pelo órgão fiscalizador.

§ 1º. O controle do fluxo de entrada e saída de pessoas dos estabelecimentos deve ser rigorosamente respeitado.

§ 2º. É facultado aos estabelecimentos o uso de pulseiras, catracas ou outros meios para o controle da lotação.

§ 3º. O ingresso de pessoas acima do limite máximo estipulado no Alvará de Localização e Funcionamento, implica em multa a ser aplicada pelo órgão fiscalizador competente.

§ 4º. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 3º Após a concessão do Alvará ou Licença para funcionamento do estabelecimento, este não poderá sofrer quaisquer alterações que venham comprometer a sua estrutura física ou que ponham em risco a segurança local, salvo com autorização legal concedida por órgão competente, precedida de vistoria técnica.

Art. 4º. Fica proibida a utilização de fogos de artifício, sinalizadores, artefatos pirotécnicos, efeitos especiais que produzam faíscas, bem como a utilização de material incandescente, plásticos e espumas não auto-extinguíveis, especialmente espuma acústica do tipo flexível de poliuretano poliéster, ou material equivalente e os revestimentos inflamáveis de fácil combustão em ambientes fechados de uso coletivo, público ou privado, destinados a eventos, no Município de Ponta Porã.

§ 1º. Entende-se por recintos fechados para efeito desta Lei, as boates, as casas de shows, as danceterias, os buffets, os bares, os